



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Orçamento de Defesa 2012



Eixos de actuação:

- Cumprimento dos compromissos decorrentes da ajuda internacional.
- Contribuição para a segurança e desenvolvimento globais.
- Concretização do processo de reestruturação do MDN e das Forças Armadas.



GOVERNO DE
PORTUGAL

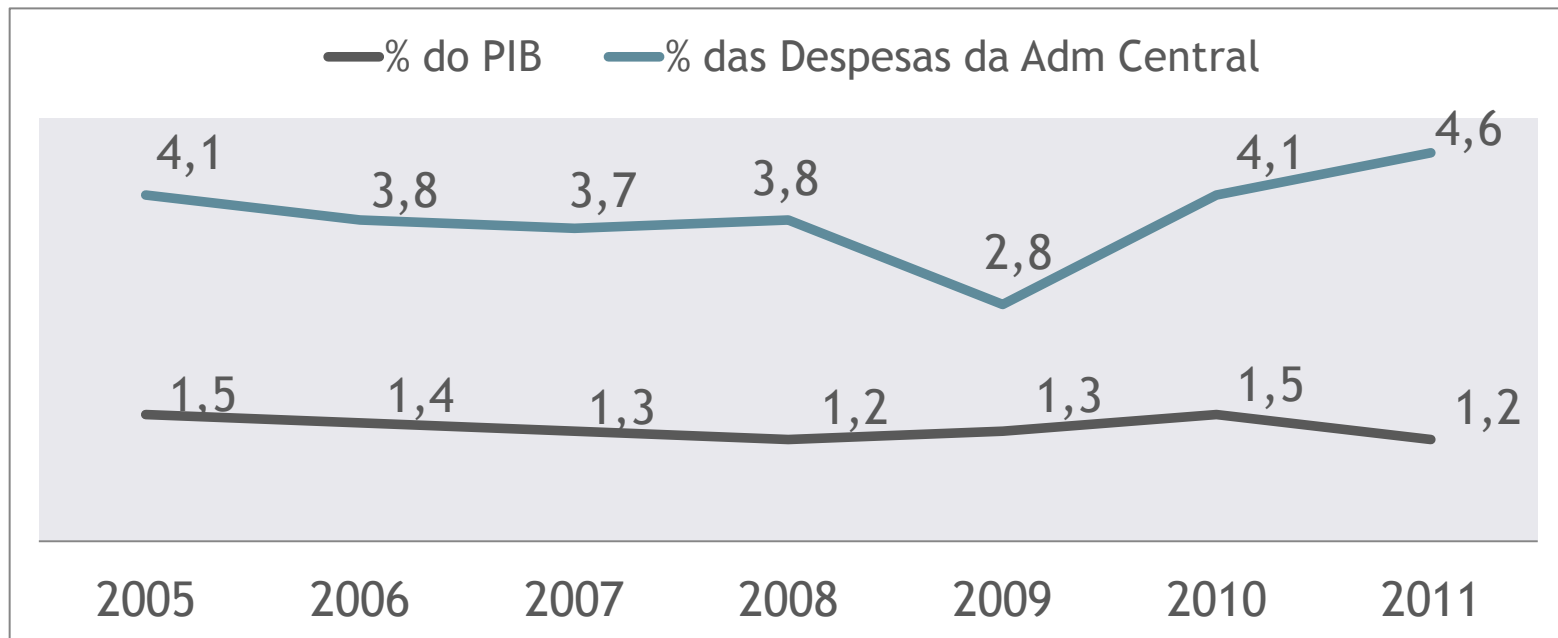
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Valores chave

Orçamento de Defesa 2012

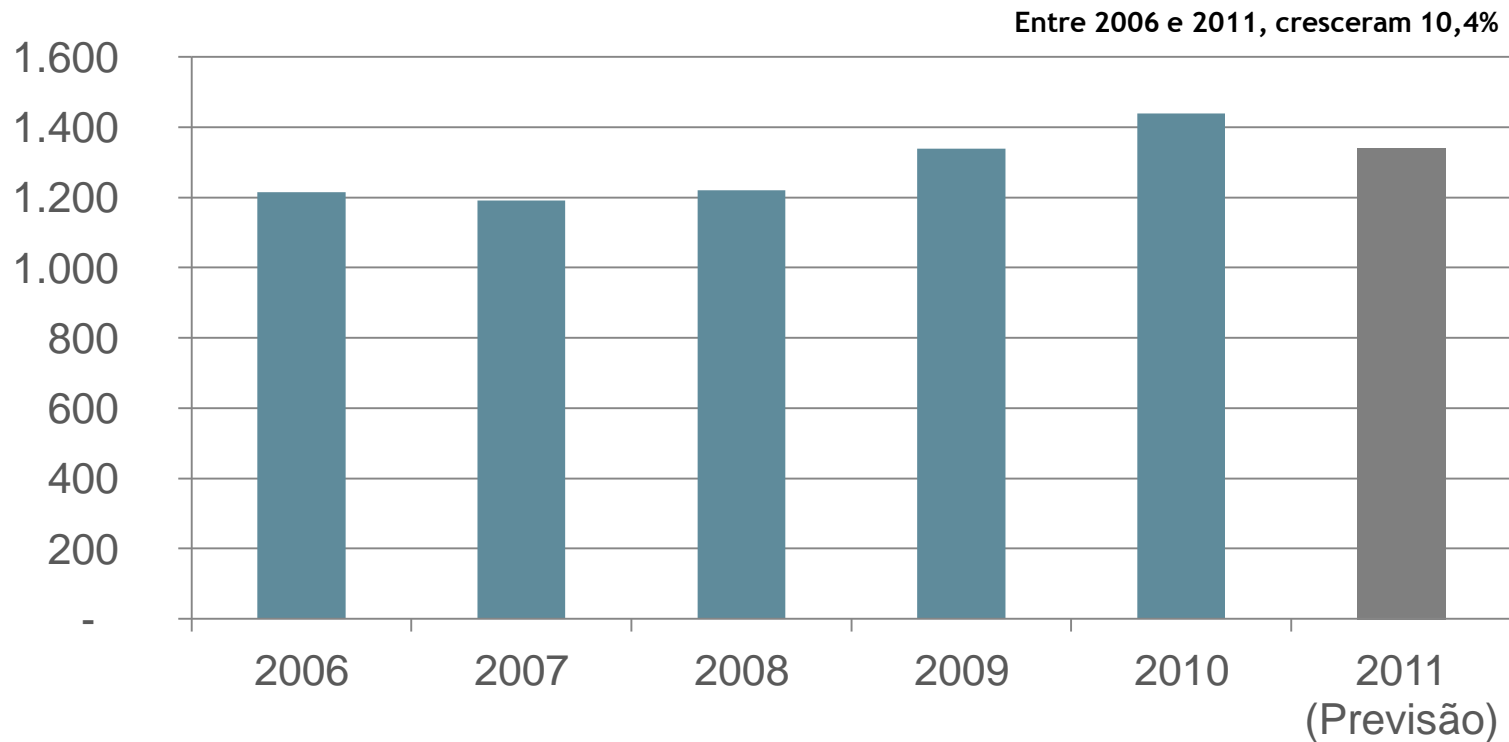
Despesa consolidada

A despesa consolidada do Ministério da Defesa em 2012 ascende a **2.216M€** com um decréscimo de 3,9% face à estimativa de 2011, o que representa **1,1%** do Produto Interno Bruto e a **4,4%** das despesas totais da Administração Central.



Despesa por classificação económica

A estrutura da despesa total consolidada por classificação económica mostra que as despesas com pessoal absorvem **54,9%** do total seguindo-se a aquisição de bens e serviços com um peso de **20,3%** e a aquisição de bens de capital com **10,8%**.



Não haverá suborçamentação

“proposta orçamental (...) terá de considerar o facto de em 2012, não poder ser admitido qualquer reforço ao orçamento aprovado, pelo que todos os encargos a suportar deverão ser, obrigatoriamente, inscritos na sua totalidade, condicionados ao valor global do plafond acima fixado”

Ofício aos Ramos em 19 de Agosto de 2011



Cumprimento dos compromissos decorrentes da ajuda internacional

Orçamento de Defesa 2012



- ✓ *Impedimento de consequências financeiras associadas a promoções e progressões;*
- ✓ *Estabelecimento de quantitativos máximos para militares em regime de contrato (RC) e em regime de voluntariado (RV), neles incluindo os militares em formação;*
- ✓ *Fim do pagamento de prestações pecuniárias, após o termo da prestação do serviço militar, quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo;*
- ✓ *Redução de 30% do custo suportado, anualmente pela Assistência na Doença a Militares;*
- ✓ *Redução dos valores a inscrever na LPM, em 2012, em cerca de 20%, a acrescer à redução anteriormente definida de 40%;*

Quantitativos de militares em regime de contrato e de voluntariado

O quantitativo máximo de militares em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) nas Forças Armadas para o ano de 2012 é 17710 militares, sendo a sua distribuição pelos seguintes ramos:

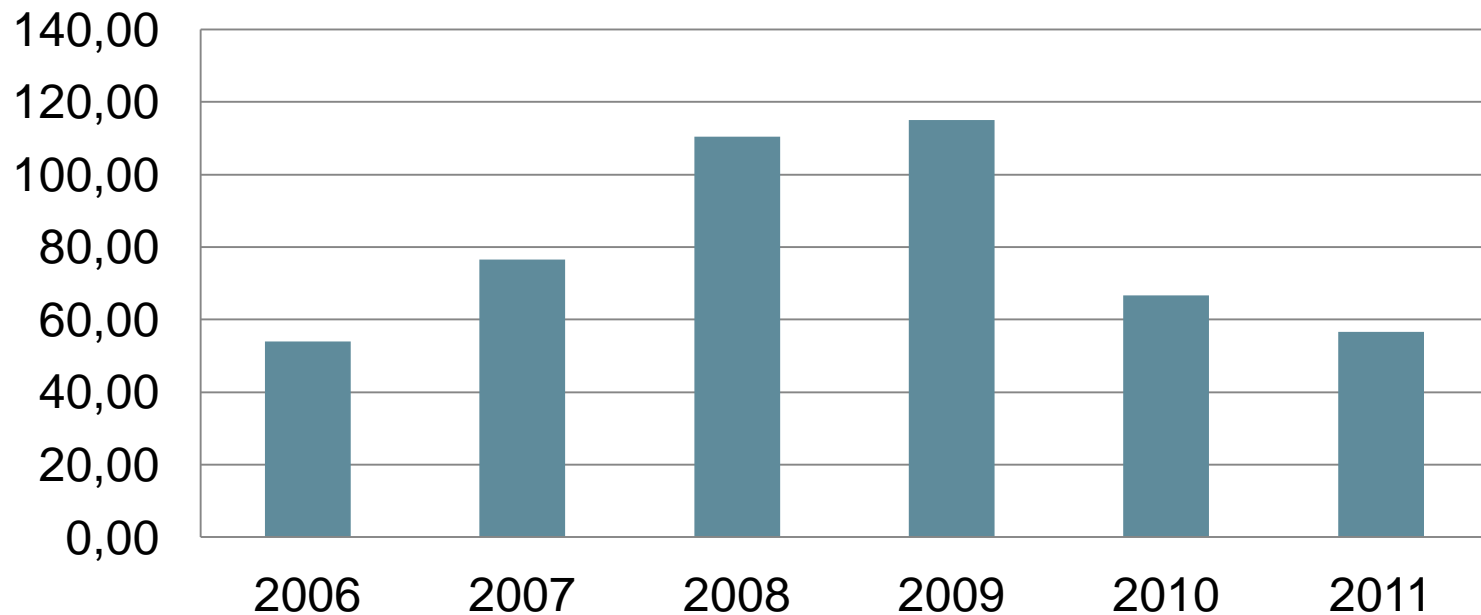
- a) Marinha: 2098
- b) Exército: 12939
- c) Força Aérea: 2673

O quantitativo referido inclui os militares em RC e RV a frequentar cursos de formação para ingresso nos Quadros Permanentes e não contabiliza os casos especiais previstos no artigo 301.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Redução de 30% na Assistência na Doença a Militares

Passagem de 58,5 para 41 M€ é o resultado da aplicação directa do PAEF que impõe cortes de 30% em 2012, tendo em vista a auto-sustentação em 2016.

Evolução das despesas com a ADM, no período de 2006 a 2011



Lei de Programação Militar

Para o ano 2012 estão previstos 230,7M€ para o reequipamento e modernização das Forças Armadas montante que reflecte uma redução de 59,9% da dotação inscrita na Lei Orgânica nº 4/2006 de 29 de Agosto.

Un.: M€

LPM	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Previsto	299,9	311,6	313,4	314,8	413,5	279,6	230,7
Executado	147,0	272,8	340,4	340,7	288,4		



Contribuição para a segurança e desenvolvimento globais

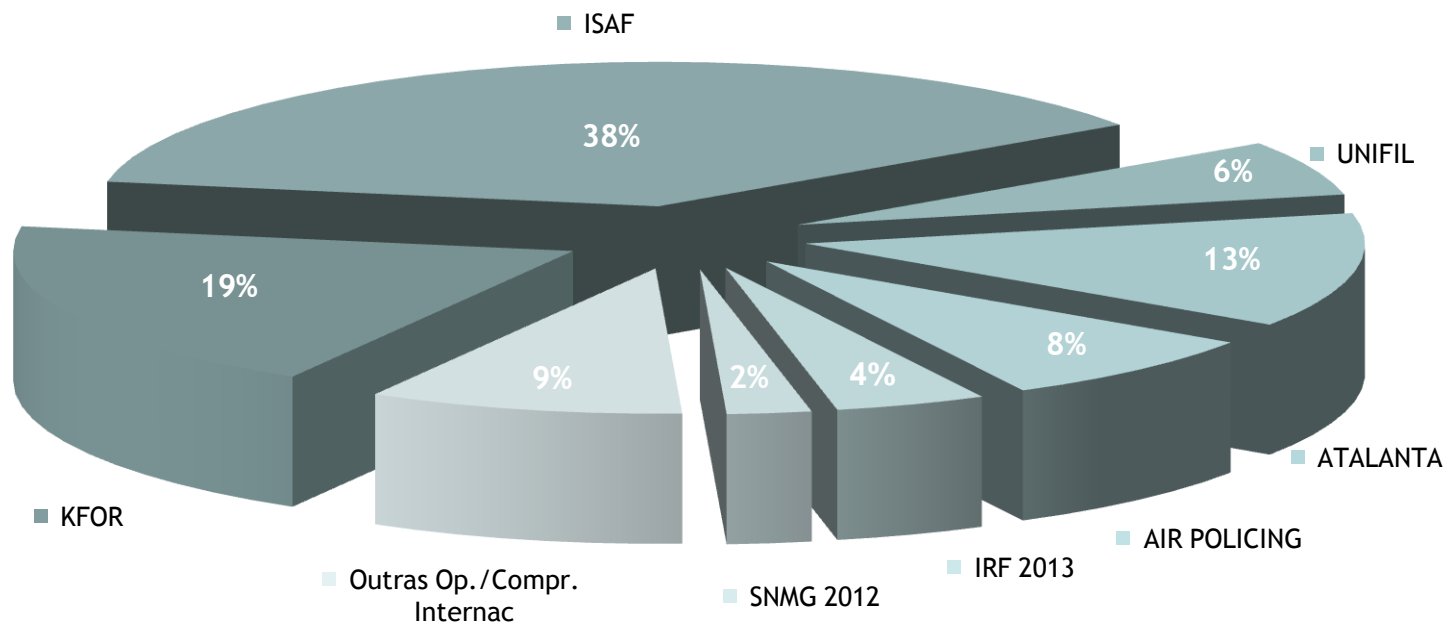
Orçamento de Defesa 2012



- ✓ Reforçar o relacionamento com a NATO, nomeadamente através da transferência para Portugal:
 - ✓ Strike Force NATO;
 - ✓ Escola de Sistema de Informação e Comunicações;
- ✓ Participação activa na consolidação dos fundamentos do Tratado de Lisboa no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa;
- ✓ Manutenção do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas em missões internacionais humanitárias e de paz, com a particularidade de se prever a integração nas FND de um contingente militar de Timor-Leste;
- ✓ Aprofundar o diálogo e aproximação com os países do Magreb;
- ✓ Manter a aposta na Cooperação Técnico-Militar;

Forças Nacionais Destacadas

Para o ano 2012 encontram-se previstos 52M€, distribuídos da seguinte forma:



Cooperação Técnico Militar

Para o ano 2012 encontram-se previstos 6,2M€ no âmbito da CTM. O objectivo é acentuar a vertente da economia da defesa com vista a potenciar a entrada da indústria da defesa portuguesa nos mercados dos diferentes países.

2011: 100 MILITARES

5,9M€ executados

ANGOLA	36
CABO VERDE	4
GUINÉ-BISSAU	2
MOÇAMBIQUE	32
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	5
TIMOR LESTE	21
Multilateralização*	

*projectos transversais a vários países



Concretização do processo de reestruturação do MDN e das FA

Orçamento de Defesa 2012



- ✓ *Implementar o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC);*
- ✓ *Reestruturar o sector empresarial da Defesa e apresentar uma solução para a reestruturação dos Estabelecimentos Fabris do Exército;*
- ✓ *Reforçar o mecanismo de coordenação com outros Ministérios;*
- ✓ *Rever a Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Programação de Infra-estruturas Militares (LPIM);*
- ✓ *Reformar o Serviço de Saúde Militar e o Ensino Militar;*

Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC)

Racionalização das estruturas do MDN e da melhor utilização dos seus recursos, contribuindo para o processo de modernização e de optimização do funcionamento da Administração Pública e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade dos serviços prestados.

- Redução de 9 cargos de dirigentes superiores (o que significa 47%)
- Redução de 21 cargos de dirigentes intermédios (o que significa 28%).
- Redução de 29 unidades orgânicas (o que representa 27%).

Redução nos custos de cerca de 1 milhão de euros.

Lei de Programação Militar e da Lei de Programação de Infra-estruturas

Ao nível do investimento, proceder-se-á à conclusão dos processos de revisão da LPM e da LPIM, adequando-as, respectivamente, às necessidades de reequipamento e manutenção de infra-estruturas das Forças Armadas face à situação económico-financeira e à real capacidade de rentabilização do património imobiliário da Defesa na actual conjuntura.



Apoio aos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas

Orçamento de Defesa 2012

Apoio a Antigos combatentes e Deficientes das Forças Armadas

As políticas de apoio aos antigos combatentes e deficientes das Forças Armadas têm como objectivo primordial a garantia de valores e princípios essenciais para aqueles que, no âmbito militar serviram o nosso país.

